



Governador Romeu Zema visita expansão do Centro de Conciliação e Mediação da Defensoria Pública de Minas Gerais

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) recebeu na segunda-feira (29/1) a visita do governador Romeu Zema. O chefe do Executivo esteve na Unidade I da DPMG, em Belo Horizonte, para conhecer as novas instalações do Centro de Conciliação e Mediação, que recentemente passou por expansão.

Durante a visita, a defensora-geral Raquel da Costa Dias apresentou também o Relatório de Gestão do biênio 2022-2023, com os dados de atendimento à população e destacando as ações realizadas para o fortalecimento da Instituição, além da abertura de novas unidades por meio de cooperações com comarcas já existentes.



[Leia na íntegra](#)



Nova edição

A 9ª edição da Revista da DPMG está disponível para download

12 artigos jurídicos com análises de questões sociais, políticas, econômicas e jurídicas relevantes e atuais. Além de novo modelo de petição inicial.

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > CASO SAMARCO • REPARAÇÃO BRUMADINHO
Justiça condena as empresas Vale, BHP e Samarco pelos danos morais coletivos causados pela tragédia em Mariana
Instituições de Justiça e Governo de Minas apresentam ações nos 3 anos do acordo de reparação de Brumadinho

- > DEU NA MÍDIA • COMPARTILHE
- > DESTAQUES
- > MUNDO OFICIAL • HOMENAGEM
- > INSPIRANDO NOVAS ATITUDES
- > PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

CASO SAMARCO

Justiça condena as empresas Vale, BHP e Samarco pelos danos morais coletivos causados pela tragédia em Mariana

Após oito anos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, a 4ª Vara Federal Cível e Agrária da SSJ de Belo Horizonte julgou procedente o pedido das instituições de Justiça, dentre elas a Defensoria Pública de Minas Gerais, de antecipação do mérito responsabilizando as empresas Vale S/A, BHP Billiton Brasil e Samarco como causadoras dos danos decorrentes da tragédia.

As sociedades BHP, Vale e Samarco foram condenadas ao pagamento de danos morais coletivos, em razão da violação de direitos humanos das comunidades atingidas. O valor foi fixado em

R\$ 47,6 bilhões, a ser corrigido e com juros desde 5 de novembro de 2015. Cabe recurso da decisão, que foi assinada na quinta-feira (25/1).

A petição, solicitando o julgamento antecipado parcial de mérito e a condenação das empresas Vale, BHP e Samarco em dano moral coletivo foi protocolada pelas Defensorias Públicas de Minas Gerais, do Espírito Santo (DPES) e da União (DPU), e os Ministérios Públicos de Minas Gerais (MPMG), do Espírito Santo (MPES) e Federal (MPF) em outubro de 2023.

[Leia na íntegra](#)

Defensorias pedem revisão de política de renda assistencial para vítimas de desastre ambiental

Lei 14.809/24 impede que essas vítimas sejam excluídas dos programas sociais, mesmo que o total da renda regular somada à indenização ultrapasse o limite máximo estabelecido

As Defensorias Públicas de Minas Gerais, do Espírito Santo e da União oficiaram o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) na segunda-feira (29/1), solicitando a revisão do pagamento de programas assistenciais do Governo federal para a inclusão dos atingidos pelo desastre de Mariana. De acordo com as instituições, essa população foi excluída do recebimento do bolsa-famílias, pois o auxílio financeiro emergencial era considerado renda pelo MDS.

Com a edição da Política Nacional das Populações Atingidas por Barragens (Lei 14.809/24), o auxílio financeiro temporário ou indenização por danos decorridos de rompimento e colapso de barragens passou a não serem computados como renda. Desta forma, as Defensorias pedem a revisão dos atingidos excluídos dos benefícios assistenciais, para que passem a receber o bolsa-família, entre outros.

[Leia na íntegra](#)

Instituições do Sistema de Justiça selecionam empresa para coordenar assessorias independentes a atingidos pelo desastre de Mariana

Inscrições devem ser feitas por e-mail, no período de 22 de janeiro a 5 de fevereiro

O Ministério Público Federal (MPF), em conjunto com a Defensoria Pública de Minas Gerais (PMG), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), publicou edital de chamamento público para seleção de pessoa jurídica que ficará responsável pela coordenação metodológica das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) que auxiliam as populações atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), ocorrida em novembro de 2015.

O processo seletivo foi negociado no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC/GOV) com a mineradora Samarco, de propriedade da BHP Billiton e da Vale, para contratação de entidade que atuará tanto na gestão das Comissões Locais de Atingidos quanto no suporte para fiscalização das ATIs já atuantes e a contratação de ATIs para os territórios em que as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem ainda não tiveram seu direito assegurado.

[Leia na íntegra e acesse o edital](#)

REPARAÇÃO BRUMADINHO

Governo de Minas, DPMG e demais instituições do Sistema de Justiça inauguram placa em homenagem às 272 joias de Brumadinho

O Governo de Minas, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF) inauguraram, na terça-feira (16/1), uma placa em homenagem às 272 vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, tra-

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



gédia que completa cinco anos no próximo dia 25 de janeiro. O evento de descerramento foi realizado na Academia de Bombeiros Militar (ABM), em Belo Horizonte, e contou com a presença do governador Romeu Zema, de familiares das joias e autoridades. A DPMG foi representada pela defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias.

As 272 joias terão seus nomes eternizados. A primeira placa com a homenagem, inaugurada no evento, será instalada na ABM. Uma segunda será colocada no Instituto de Identificação da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). A homenagem traz o nome de todas as 272 pessoas que morreram por conta do rompimento da barragem. Outras do mesmo modelo serão afixadas em obras e projetos realizados pelo Governo de Minas com recursos do acordo judicial de Brumadinho.

[Leia na íntegra](#)

Instituições de Justiça e Governo de Minas apresentam ações nos 3 anos do acordo de reparação de Brumadinho.

Os compromitentes do Acordo de Reparação ao rompimento das barragens da Vale em Brumadinho – Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Governo de Minas Gerais – apresentaram nesta sexta-feira (19/1) um balanço sobre as ações realizadas ao longo de três anos de trabalho. Na ocasião foram lançados um vídeo e uma cartilha sobre o tema. A apresentação foi feita na sede do Ministério Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

O Acordo foi assinado em 4 de fevereiro de 2021 e desde então diversas iniciativas socioeconômicas, socioambientais e compensatórias estão sendo desenvolvidas.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensor público Antônio Lopes de Carvalho Filho (primeiro à direita) durante sua apresentação

[Leia na íntegra e acesse as mídias](#)

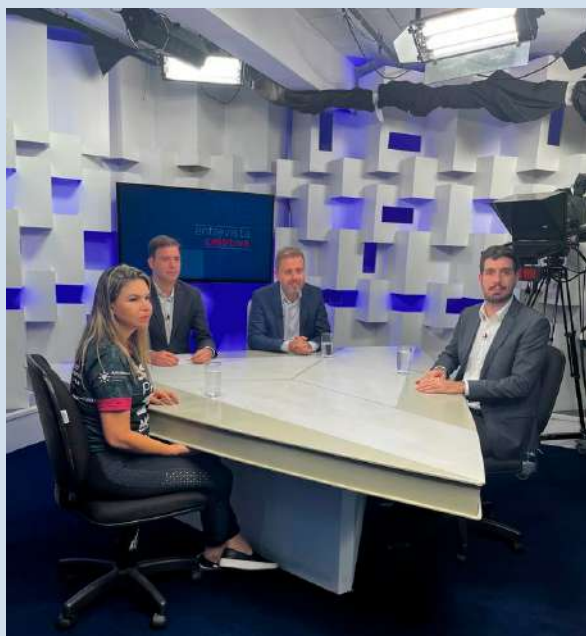
Cinco anos após desastre de Brumadinho, indenizações extrajudiciais viabilizadas pela DPMG passam de R\$ 1,3 bilhão

Cinco anos após o desastre de Brumadinho, o Termo de Compromisso construído pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) para o pagamento de indenizações extrajudiciais às pessoas atingidas direta ou indiretamente individualmente ou por núcleo familiar totalizam valores de cerca de R\$ 1,3 bilhão. O número de beneficiários passa de 7.800. Estes dados foram computados até de-

zembro de 2023 e referem-se a acordos firmados pelas pessoas atingidas junto à Defensoria ou diretamente junto à Vale, sempre tendo como parâmetro o TC, que garante o pagamento célebre de indenizações, de forma extrajudicial, para reparação de danos morais e patrimoniais disponíveis.

[Leia na íntegra](#)

DEU NA MÍDIA



Entrevista Coletiva: 5 anos da tragédia de Brumadinho

>> [TV Band Minas](#)

Autoridades apresentam balanço da ações do Acordo de Reparação ao rompimento da Barragem da Vale, em Brumadinho

>> [MGTV – 1ª edição](#)

Livro resgata memória oral dos defensores públicos atuantes no desastre de Brumadinho

>> [Portal UFMG](#)

DESTAQUES

Defensoria Pública de Minas Gerais participa de ação inédita de proteção à mulher no Carnaval de 2024

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) fará parte da ação conjunta do Governo de Minas para o Carnaval 2024: o Plantão Integrado Acolhe Minas, iniciativa interinstitucional adotada pelo Estado para garantir maior segurança para toda a população nos dias de festa. O serviço funcionará de 10 a 13 de fevereiro, das 10h às 19h, na sede do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG) – prédio verde –, localizado na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Essa é a primeira vez que o Estado oferecerá um serviço de atendimento como esse no período de Carnaval.

O principal objetivo do Plantão é fornecer atenção especial às mulheres que precisem de apoio em situações de violência, especialmente em casos de importunação sexual, com espaço para acolhimento, atendimento psicossocial, suporte emocional, orientação jurídica e encaminhamentos no período de folia.

FOTO: CRISTIANO MACHADO/IMPRENSA MG



O evento de lançamento do espaço aconteceu na terça-feira (30/1) e contou com a presença do governador Romeu Zema; da secretária de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Elizabeth Jucá; do secretário de Estado de Cultura e Turismo (Secult), Leônidas de Oliveira; da defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel Gomes de Souza da Costa Dias; e outras autoridades.

[Leia na íntegra](#)

DPMG pede informações sobre garantia de direitos e requisita reunião com PBH e PM sobre planejamento para o Carnaval

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) emitiu ofício requisitando informações e solicitando à Prefeitura de Belo Horizonte e à Polícia Militar de Minas Gerais uma reunião a respeito da organização e execução de planejamentos estratégicos relacionados à realização do Carnaval de 2024 na capital mineira.

A reunião está prevista para acontecer na próxima sexta-feira (2/2), na sede da DPMG, em Belo Horizonte. A pauta da reunião versa, especialmente, quanto às temáticas que tangenciam o trabalho de promoção e defesa de direitos afetos ao trabalho da DPMG.

[Leia na íntegra](#)

DEU NA MÍDIA

Governador se reúne com defensora pública-geral em Belo Horizonte

>> Agência Minas

Governo de Minas detalha ações para acolher mulheres vítimas de violência e assédio no Carnaval

>> Rádio Itatiaia

Praça da Liberdade terá plantão para vítimas de violência sexual no Carnaval

>> O Tempo

Defensoria Pública cria procedimento para prevenir abusos no Carnaval de BH

>> O Tempo

Samarco, Vale e BHP devem reparar dano moral coletivo com R\$ 47,6 bi

>> Isto é Dinheiro

Vale, Samarco e BHP são condenadas a pagar R\$ 47,6 bi em indenização por tragédia em Mariana

>> Estadão

Samarco, Vale e BHP Billiton são condenadas a pagar indenização de R\$ 47,6 bilhões por danos morais coletivos

>> Portal Racismo Ambiental

Artigo: Dados pessoais no cenário atual

>> Estado de Minas | Opinião



Compartilhe



Compartilhe



Compartilhe

Veja outros destaques na mídia

Defensor público participa de programa de rádio para tratar temas relacionados ao TEA e seus aspectos jurídicos



Nos dias 10 e 15 de janeiro o defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, coordenador estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública de Minas Gerais, participou do programa “Uma Janela para o Mundo”, da rádio Itasom, de Itamarandiba, em que falou sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), abordando temas científicos, práticos e relativos à legislação aplicada. Luis Renato também é coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de MG.

Leia na íntegra

MUNDO OFICIAL

Defensora pública-geral participa de solenidade de posse do novo presidente do COPTREL no TRE

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Desembargador Octavio Bocalini toma posse no COPTREL

Na segunda-feira (29/1), a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, participou da solenidade de posse do novo presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (COPTREL), desembargador Octavio Bocalini. A cerimônia ocorreu no auditório do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), em Belo Horizonte, e foi transmitida pelo canal do Tribunal no YouTube. É a primeira vez que um dirigente do regional mineiro preside a entidade. Ainda no evento foram assinados seis termos de cooperação entre a Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG e entidades do Governo, do Judiciário e da sociedade civil.

Com informações TRE.

Defensor público participa de sessão solene de posse de novos juízes na Justiça Militar de Minas Gerais

O defensor público Wilson Hallak Rocha (1º à esq., sentado), em atuação na Defensoria de Auditoria Militar, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na sessão solene de posse de seis novos juízes de Direito substitutos da Justiça Militar de Minas Gerais. A solenidade ocorreu no dia 11 de janeiro no auditório da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), em Belo Horizonte. Os novos juízes foram nomeados em dezembro do ano passado, após a realização de concurso público.

FOTO: TJMMG



Defensores públicos recebem visita do comandante do 51º Batalhão de Polícia Militar em Janaúba

Na sexta-feira (19/01), a defensora pública e coordenadora da Defensoria Pública de Minas Gerais na unidade de Janaúba, Claudijane Gomes, e os defensores públicos João Barbosa e Walde-lúcio Fernandes receberam, na sede local da Defensoria, a visita institucional do tenente-coronel Lauro do Rosário Leal Alves, comandante do 51º Batalhão de Polícia Militar em Janaúba. Na ocasião, a coordenadora explanou sobre a assistência prestada pela Defensoria ao Inquérito Policial Militar (IPM) e demais assuntos institucionais. Os defensores também apresentaram as instalações da sede e o local onde são realizados os atendimentos às assistidas e assistidos.



HOMENAGEM

Defensor público recebe medalha de cidadão honorário da cidade de Arcos

No dia 1º de dezembro de 2023, o defensor público Ricardo Silva, em atuação nas comarcas de Iguatama e Arcos, em Minas Gerais, recebeu a medalha de cidadão honorário de Arcos por sua contribuição à justiça e ao bem-estar da sociedade Arcoense. A cerimônia ocorreu no salão nobre da Câmara Municipal, com a presença de representantes de organizações não governamentais e outros profissionais do Direito.

A decisão de conceder a medalha de cidadão honorário ao defensor público foi unânime entre

os membros do Legislativo municipal, que reconheceram seu comprometimento com a promoção da justiça, o respeito aos direitos humanos e sua atuação em prol de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Ao receber a medalha, Ricardo Silva expressou sua alegria pelo reconhecimento. Em seu discurso de agradecimento, ressaltou a relevância do serviço público e do compromisso em garantir que a justiça seja acessível a todas as pessoas vulnerabilizadas.



Solenidade foi marcada por discursos emocionantes: vereadores, amigos e membros da comunidade enalteceram as qualidades do homenageado, destacando a importância do trabalho do defensor público na garantia do acesso à justiça para todas e todos

‘JANEIRO BRANCO’

DPMG atua em prol da saúde mental de suas assistidas e assistidos

Primeiro mês do ano, dedicado à conscientização sobre saúde mental e emocional por meio da campanha “Janeiro Branco”, destaca-se a importante atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em relação à saúde mental de suas assistidas e assistidos. Por meio de Acordo de Cooperação Técnica que a DPMG mantém com a Rede Fhemig (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais) é possível realizar atendimento multidisciplinar coti-

diano na própria Defensoria, que conta com médicos para avaliação dos casos. Além disso, a DPMG possui equipe própria de psicólogos e assistentes sociais. Outro acordo firmado com o município de Belo Horizonte disponibiliza, dentro da Unidade da DPMG, farmacêuticos preparados para avaliar as questões relacionadas aos medicamentos necessários.

[Leia na íntegra](#)



[Compartilhe](#)



[Compartilhe](#)



[Compartilhe](#)

OUTROS DESTAQUES

DPMG participa de reunião técnica com comunidade quilombola em Brumadinho para discutir projeto cultural e de renda



Participantes da reunião na comunidade de Rodrigues

A defensora pública Carolina Morishita Ferreira, em atuação no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, participou no sábado (27/1) de reunião técnica com a comunidade de remanescentes quilombolas de Rodrigues, em Brumadinho. O encontro foi realizado para construção de projeto conceitual de construção de um centro cultural na comunidade, fortalecendo a memória, cultura e renda da comunidade. Também estiveram presentes representantes da Assessoria Técnica Independente (AEDAS) e da Vale. A construção do projeto é uma medida decorrente do Acordo Judicial, firmado em 4 de fevereiro de 2021.

[Leia na íntegra](#)

Discussões para tratar ocupação indígena na FUCAM em Esmeraldas

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou no dia 10/1 de reunião na Aldeia Kamakã Kaê Há Puá, em Esmeraldas. O encontro, que contou com a colaboração da cacica Marinalva de Jesus, se deu para abordar o impasse decorrente da ocupação, por parte de indígenas, da Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM). A iniciativa partiu do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos de Minas Gerais (PPDDH/MG), no qual a defensora pública Ana Cláudia integra o Conselho Deliberativo.

Também participaram das discussões membros da equipe técnica do PPDDH/MG, representantes



das assessorias da deputada federal Célia Xakriabá, e das deputadas estaduais Bella Gonçalves e Andreia de Jesus.

[Leia na íntegra](#)

Reuniões preparatórias para o Curso de Formação de Defensoras Populares

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Seguindo seu objetivo de assegurar à população assistida a devida educação em direitos, a Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDEM), está promovendo reuniões preparatórias para o “II Curso de Formação de Defensoras Populares”. O curso visa a formação e a articulação de mulheres que se destacam como lideranças populares, para que busquem soluções para as demandas mais comuns de suas comunidades, notadamente, na defesa das mulheres vítimas de violência. No dia 22/1, a segunda reunião acolheu contribuições de lideranças do coletivo Clã das Lobas.

[Leia na íntegra](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor público aborda práticas antirracistas em capacitação de profissionais da CMBH sobre recepção mais humanizada



O defensor público João Mateus Fagundes durante sua apresentação na Câmara Municipal de BH

O defensor público e coordenador da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, de Gênero e de Diversidade Sexual da Defensoria Pública de Minas Gerais, João Mateus Fagundes, participou, em janeiro, da capacitação de profissionais da área de segurança e recepção da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH). O treinamento visou orientar os funcionários sobre o atendimento ao público em geral e aos interessados em conhecer o programa “Câmara Cultural”. Além de palestra sobre noções básicas de Direitos Humanos e práticas antirracistas, servidoras e servidores receberam informações sobre as atividades culturais da CMBH e participaram de uma visita guiada.

[Leia na íntegra](#)

ESCOLA DE
CONVIVÊNCIA
FAMILIAR 2024

Inscrição até
dia 27 de fevereiro

Defensoria Pública de Minas Gerais promove

Núcleos para
Orientação e Solução
de conflitos escolares

Curso de Formação de
Facilitadores de Círculos de Construção de Paz
e Agentes de Justiça Restaurativa

Inscrições online até dia
15/02/2024

Acompanhe as novidades da Defensoria Pública de Minas Gerais



@defensoriamineira



@defensoriamg



c/defensoriamineira



www.defensoria.mg.def.br

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

Curso de capacitação detalha para servidoras e servidores da DPMG as mudanças da Nova Lei de Licitações e Contratos

Visando detalhar os principais pontos da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLP) às servidoras e servidores, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu o Curso de Capacitação dos Agentes Públicos da DPMG para Procedimentos Iniciais de Compras e Contratações. A atividade ocorreu na tarde de terça-feira (30/1), de forma presencial, no auditório da Unidade I, em Belo Horizonte.

Na abertura, o subdefensor público-geral Nikolas Stefany Macedo Katopodis explicou o caráter inédito do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para licitações e contratações, que modifica os estágios iniciais de como os processos aconteciam. “Precisamos observar inúmeros requisitos impostos pela nova lei. Em algum momento, chegaremos ao que fazíamos no passado, mas o caminho que percorreremos até lá é completamente inédito”, afirma o subdefensor público-geral, que destacou

a importância da capacitação para o bom andamento das licitações feitas pela Instituição.

O evento foi composto por uma série de palestras, que abordaram os principais pontos e mudanças que a nova lei pressupõe, como os termos gerais e as principais alterações da NLLP; o ETP; fluxo geral do processos de compras; a atuação da Assessoria Jurídica; e a gestão de riscos nas compras públicas. Foram palestrantes, o superintendente de Recursos Logísticos e Infraestrutura, Robson Pinho da Matta; diretor de Compras e Contratos, Henrique Castro Boaventura; os assessores jurídicos Priscila Newley Kopke e Tadeu Rodrigo Tito de Oliveira; e o auditor interno, João Gabriel Melo Alves.

O link para acesso ao curso na íntegra será disponibilizado em breve na intranet

gerais.defensoria.mg.def.br

FOTO: MATEUS FELIPE/DPMG



ESDEP | CÂMARAS

Vídeo tutorial ensina como realizar assinaturas no SEEU sem certificado digital

A Escola Superior da DPMG e a coordenação da Câmara de Estudos da Execução Penal divulgaram vídeo tutorial de como realizar assinaturas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) sem o certificado digital.

[Acesse aqui](#)

Edital de consulta para composição da Câmara de Estudos Institucionais e Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade

Inscrições junto ao Conselho Superior, pelo e-mail conselho.superior@defensoria.mg.def.br, até as 14 horas do dia 05 de fevereiro de 2024, juntando os documentos que julgarem pertinentes.

Resolução nº 2290/2024 (DODP 20/01/2024)

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

Abertura de consultas para cooperação

>> Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :

- **Curvelo / Sessão Plenária do Tribunal do Júri** – ato específico no dia 7/2/2024. Inscrição até as 12h do dia 1º de fevereiro de 2024, nos termos do art. 7º da Deliberação CSDPMG n. 190/2021.

Resolução nº 2304/2024 (DODP 27/01/2024)

- **Divinópolis / 3ª Defensoria Criminal** – esforço concentrado/mutirão na 3ª Vara Criminal, exclusivamente virtual, entre 5 de fevereiro e 22 de abril de 2024. Inscrição até as 12h do dia 2 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 7º da Del. CSDPMG n. 190/2021, indicando os dias que pretende cooperar.

Resolução nº 2315/2024 (DODP 31/01/2024)

- **Francisco Sá** – acumulação no período de 13 de fevereiro a 13 de agosto de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 6 de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2309/2024 (DODP 31/01/2024)

- **Ipatinga / Família** – acumulação no período de 5 de fevereiro a 5 de agosto de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 2 de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2307/2024 (DODP 30/01/2024)

- **Ituiutaba / Famílias** – acumulação no período de 12 de fevereiro a 12 de agosto de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 2 de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2303/2024 (DODP 27/01/2024)

- **Juiz de Fora / Sessão Plenária do Tribunal do Júri** – acumulação por ato específico no dia 8 de fevereiro de 2024. Inscrição até as 12 horas do dia 6 de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2313/2024 (DODP 31/01/2024)

- **Juiz de Fora / 2ª e na 6ª Defensorias Cíveis** – cooperação por acumulação no período de 12 de fevereiro a 11 de agosto de 2024, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 7 de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2312/2024 (DODP 31/01/2024)

- **Montes Claros / Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Tribunal do Júri** – mutirão pro-

cessual, exclusivamente virtual, entre os dias 26/02 a 14/03/2024. Inscrição até as 12 horas do dia 5 de fevereiro de 2024, indicando os dias que pretende cooperar.

Resolução nº 2295/2024 (DODP 24/01/2024)

- **São Sebastião do Paraíso / Cível, Jesp Cível, Direitos das Crianças e dos Adolescentes/Cível e Cooperação e Conflitos** – acumulação compartilhada no período de 2 de fevereiro a 1º de agosto de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 1º de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2299/2024 (DODP 26/01/2024)

- **Sete Lagoas / Defensoria dos Juizados** – acumulação no período de 19 de fevereiro a 3 de junho de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 1º de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2297/2024 (DODP 24/01/2024)

>> Inscrições por e-mail, direcionados para projetoconvenios@defensoria.mg.def.br :

- **Prados-Dores de Campos / Cejusc Itinerante** – atendimento itinerante a ser realizado no dia 22 de fevereiro de 2024. Inscrição até as 13h, do dia 2 de fevereiro de 2024.

Resolução nº 2302/2024 (26/01/2024)



Consulte essas e outras resoluções, portarias e demais atos normativos no portal: **Diário Oficial**

CESV INFORMA

Novo e-mail para tratativas relacionadas à prorrogação do estágio não obrigatório

A partir de 01/02/2024, todas as tratativas relacionadas à prorrogação do estágio não obrigatório deverão ser encaminhadas exclusivamente para o endereço eletrônico: estagio.prorrogacao@defensoria.mg.def.br.

O ajuste visa otimizar a eficiência, bem como as-

segurar uma comunicação mais ágil e organizada. A CESV pede gentilmente que direcionem todas as suas consultas, solicitações e demais assuntos pertinentes à prorrogação para o mencionado e-mail. A CESV está confiante de que esta mudança contribuirá para uma comunicação mais eficaz.

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

CEDEM divulga cartas do I Fonadem e da XVII Jornada Lei Maria da Penha

A Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDEM) divulgou, no dia 15/01, os seguintes documentos com propostas e recomendações:

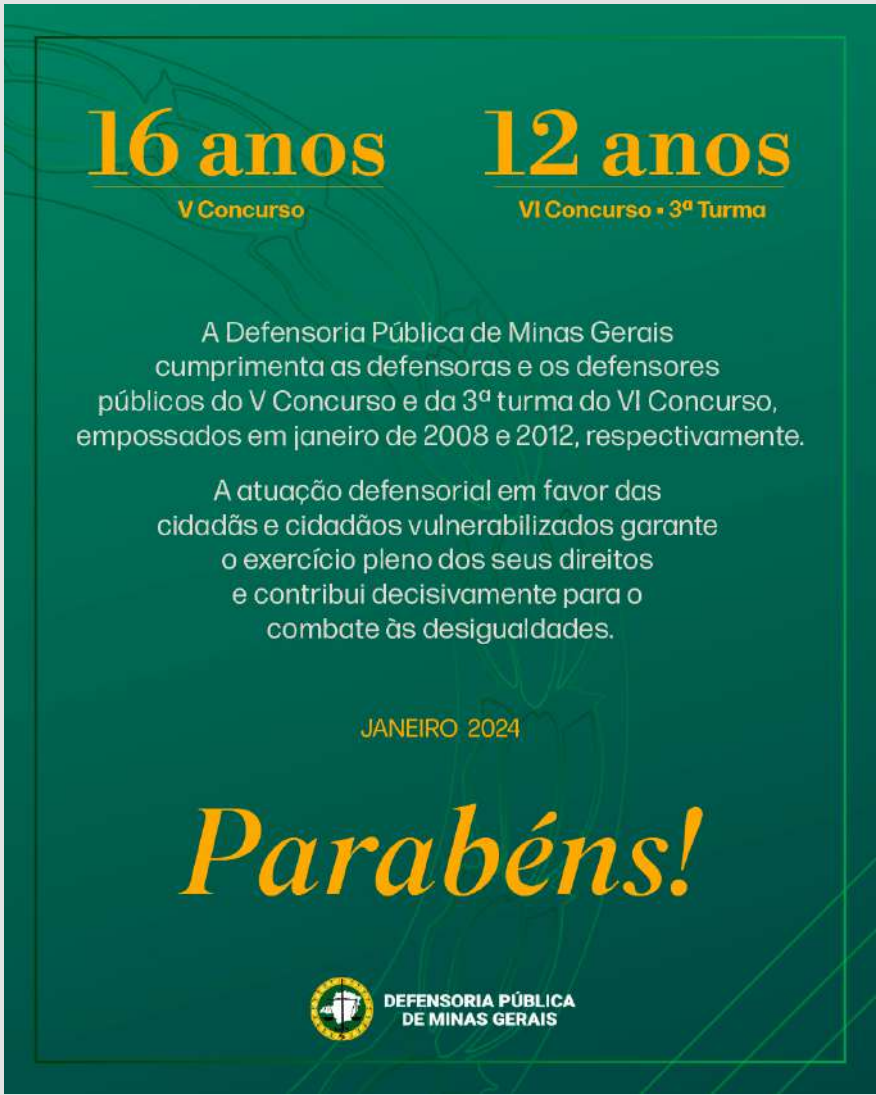
- Carta do I Fórum Nacional das Defensorias Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Fonadem), que traz um compilado das discussões e deliberações resultantes do encontro realizado em

junho de 2023 e aponta novas diretrizes; e

- Carta da XVII Jornada Lei Maria da Penha, contendo propostas de ação para subsidiar a implementação da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres.

>> [acesse aqui a Carta do I Fonadem](#)

>> [acesse aqui a Carta da XVII Jornada](#)



A DPMG é pioneira na implementação de um programa de privacidade e proteção de dados



NOTA DE PESAR

Com profundo pesar, a Defensoria Pública de Minas Gerais informa o falecimento da **senhora Lúcia Pereira Gomide, mãe da defensora pública aposentada Maria Luísa Gomide**, de Juiz de Fora. A cremação aconteceu na segunda-feira (22/01). A Defensoria Pública de Minas Gerais manifesta sinceros votos de solidariedade e apoio à família e amigos.

>> *continua*

IMPORTANTE: Faça login no **Gerais** antes de clicar nos links

Você conhece o Planejamento Estratégico da DPMG?

[Assista ao vídeo explicativo](#)

[Acesse aqui o Planejamento Estratégico](#)

